

Bancos defendem desindexação global

PORTO ALEGRE (O GLOBO) — O Presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Roberto Konder Bornhausen, defendeu ontem "o expurgo em todos os índices, o que não significa que eles devem desaparecer". Reforçando o documento da entidade, divulgado após a reunião do Conselho Superior de Orientação da entidade, Bornhausen afirmou que os índices são necessários para "manter razoavelmente em ordem uma economia de taxas elevadas de inflação, como a que se vive".

O banqueiro defendeu, como primeira medida para a desindexação, o expurgo da inflação corretiva nos preços do petróleo e do trigo, com a retirada dos subsídios. Num prazo maior, propôs "a correção da correção, que evitaria que fatores muito locais ou esporádicos se transferissem aos índices nacionais, de todo o País".

— Busca-se uma troca inicial e depois uma correção permanente para fatores que não devem atuar em relação aos indí-

ces, como atuam hoje — explicou Bornhausen.

O expurgo das correções nos preços do petróleo e do trigo teriam, segundo o Presidente da Febraban, reflexos positivos na inflação e, "depois disso, o índice geral de preços alterados por tais medidas se refletirá nos outros índices. A correção monetária no mês seguinte se repõe". Alegou que no sistema atual, o reflexo mais negativo será na renda do trabalho.

— Quando se fala em generalizar a desindexação, significa dividir esta perda dos rendimentos do trabalho, sendo parte suportada pelo rendimento de capital, porque os instrumentos financeiros serão afetados por essa correção — disse Bornhausen.

Ele reconheceu a desindexação como "uma decisão política, apesar dos aspectos técnicos", achando válido que seja submetido ao Congresso Nacional, que "é um canal claro que expressa o desejo da sociedade".

O Presidente da Febraban defendeu que "os reajustes de salários devem regular com determinado percentual da infla-

ção", sendo necessária a manutenção de mais de um reajuste por ano, diante dos altos índices inflacionários.

JUROS

O Conselho Superior de Orientação da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) reuniu-se ontem, na sede da filiada gaúcha, para ratificar as posições definidas na reunião realizada no dia 10, em São Paulo, e liberar um documento que alerta que as medidas do pacote econômico do Governo poderão não ter efeito sobre as taxas de juros internas.

No documento, a Febraban afirma que recomendou aos bancos filiados a "redução voluntária nas suas margens", embora oenalizados pelas medidas fiscais do pacote.

No que se refere às taxas reais de juros — diz o documento — as medidas do pacote são bastante positivas, mas dificultadas, no curto prazo, por algumas decisões que deverão ter influências negativas (aumento do depósito compulsório, ônus fiscais).